

**1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA****Anúncio n.º 12026/2011****Processo n.º 939/11.8TBLSD — Insolvência pessoa singular (Apresentação)**

Convocatória de Assembleia de Credores os autos de Insolvência acima identificados em que é: Insolvente: Paulo César da Cunha Ribeiro, Professor do Ensino Superior, estado civil: Solteiro, nascido(a) em 01-06-1976, concelho de Lousada, freguesia de Silvares [Lousada], NIF 203919980, BI 11166560, Endereço: Rua Dr. Afonso Quintela, Ed. Cimo de Vila, n.º 599, R/c Esq. — Nespereira, 4620-914 Lousada.

Administrador de Insolvência: Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, Endereço: Rua de Camões, 218 — 2.º Sala 6, 4000-138 Porto. Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 12-09-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores. Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE).

8 de Agosto de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Isabel Machado*. — O Oficial de Justiça, *Manuel José F. F. Coelho*.

305008265

**4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MAIA****Anúncio n.º 12027/2011****Prestação de Contas Administrador (CIRE) n.º 4362/10.3 TBMAI-E**

A *Dr.ª Maria José Silva F. C. M. Sousa*, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente *Maria José Carneiro de Oliveira Carvalho*, nascida em 22-08-1971, nacional de Portugal, NIF 202885879, BI 10970483, Endereço: 155, Rue de La Croix Nivet, 75015 Paris, 75015 Paris França, notificados para no prazo de 10 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Art.º 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do art.º 9.º do CIRE).

11 de Agosto de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria José Silva F. C. M. Sousa*. — O Oficial de Justiça, *Mariana Machado*.

305021321

**1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MANGUALDE****Anúncio n.º 12028/2011****Processo: 586/10.1TBMGL****Insolvência pessoa singular (Apresentação)**

N/Referência: 1190441

Data: 02-08-2011

Insolventes: *Isaiás Henrique Peralta de Carvalho* e *Leonor de Jesus Costa de Carvalho*

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: *Isaiás Henrique Peralta de Carvalho*, nascido em 13-01-1947, NIF: 104803720, Endereço: Rua Azurara da Beira, N.º 272, R/c, 3530-274 Mangualde

Insolvente: *Leonor de Jesus Costa de Carvalho*, nascida em 20-07-1946, NIF: 103244131, Endereço: Rua Azurara da Beira, N.º 272 - R/c, Mangualde, 3530-274 Mangualde

Administradora de Insolvência: *Dr.ª Teresa Alegre*, com escritório na R. do Mercado, Bloco 3 — 2.º Dt.º, Apartado 204, 3781-907 Anadia

Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado: *Sr. Dr. Inácio Ramos Peres*, com escritório na Rua padre Américo, Edifício Marialva, 1.º J, Anadia

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

1 Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

2 Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

3 Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

4 Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

5 Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

02-08-2011. — A Juíza de Direito, de Turno, *Dr.ª Cláudia Craveiro*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Couto*.

304988827

**2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MARCO DE CANAVESES****Anúncio (extracto) n.º 12029/2011****Prestação de contas administrador (CIRE) — Processo: 1759/09.5TBMCN-D**

Administrador Insolvência: *Pedro Miguel Cancela Pidwel Silva*  
Insolvente: *Confecções Alpes, L.ª*

O *Dr. Dr(a). Joel Filipe Galdes Agante da Silva*, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente(o) *Confecções Alpes, L.ª*, NIF — 502926864, Endereço: Lugar de Carcavelos, Alpendurada e Matos, 4575-019 Marco de Canaveses, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

1-03-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Joel Filipe Galdes Agante da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Manuel Sousa*.

304432258

**2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLHÃO****Anúncio n.º 12030/2011**

No processo de Insolvência 923/11.1TBOLH do 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Olhão, em que são: Insolvente: *Filomena Cristina do Nascimento Sabino*, NIF — 198387440, BI — 8270970, Endereço: Rua Joaquim do Ó — Lote 3 — 2.º Frt — 8700-000 Olhão.

Administrador da Insolvência: *Florentino Matos Luís* — Av. Almirante Gago Coutinho, 48-A — 1700-031 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa, não sendo localizados quaisquer bens ou rendimentos susceptíveis de apreensão.

Efeitos do encerramento:

1 — Encerrado o processo:

a) Cessam todos os efeitos que resultam da declaração de insolvência, recuperando designadamente o devedor o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios, sem prejuízo dos efeitos da qualificação da insolvência como culposa e do disposto no artigo seguinte;

b) Cessam as atribuições da comissão de credores e do administrador da insolvência, com excepção das referentes à apresentação de contas e das conferidas, se for o caso, pelo plano de insolvência;

c) Os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor sem outras restrições que não as constantes do eventual plano de insolvência e plano de pagamentos e do n.º 1 do artigo 242.º, constituindo para o efeito título executivo a sentença homologatória do plano de pagamentos, bem como a sentença de verificação de créditos ou a decisão proferida em acção de verificação ulterior, em conjugação, se for o caso, com a sentença homologatória do plano de insolvência;

d) Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos.

2 — O encerramento do processo de insolvência antes do rateio final determina:

a) A ineficácia das resoluções de actos em benefício da massa insolvente, excepto se o plano de insolvência atribuir ao administrador da insolvência competência para a defesa nas acções dirigidas à respectiva impugnação, bem como nos casos em que as mesmas não possam já ser impugnadas em virtude do decurso do prazo previsto no artigo 125.º, ou em que a impugnação deduzida haja já sido julgada improcedente por decisão com trânsito em julgado;

b) A extinção da instância dos processos de verificação de créditos e de restituição e separação de bens já liquidados que se encontrem pendentes, excepto se tiver já sido proferida a sentença de verificação e graduação de créditos prevista no artigo 140.º, ou se o encerramento decorrer da aprovação do plano de insolvência, caso em que prosseguem até final os recursos interpostos dessa sentença e as acções cujos autores assim o requeiram, no prazo de 30 dias;

c) A extinção da instância das acções pendentes contra os responsáveis legais pelas dívidas do insolvente proposto pelo administrador da insolvência, excepto se o plano de insolvência atribuir ao administrador da insolvência competência para o seu prosseguimento.

3 — As custas das acções de impugnação da resolução de actos em benefício da massa insolvente julgadas procedentes em virtude do disposto na alínea a) do número anterior constituem encargo da massa insolvente se o processo for encerrado por insuficiência desta.

4 — Exceptuados os processos de verificação de créditos, qualquer acção que corra por dependência do processo de insolvência e cuja instância não se extinga, nos termos da alínea b) do n.º 2, nem deva ser prosseguida pelo administrador da insolvência, nos termos do plano de insolvência, é desapensada do processo e remetida para o tribunal competente, passando o devedor a ter exclusiva legitimidade para a causa, independentemente de habilitação ou do acordo da contraparte.

5 — Nos 10 dias posteriores ao encerramento, o administrador da insolvência entrega no tribunal, para arquivo, toda a documentação relativa ao processo que se encontre em seu poder, bem como os elementos da contabilidade do devedor que não hajam de ser restituídos ao próprio.

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

25 de Julho de 2011. — A Juíza de Direito, *Ana Maria Martins Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Anabela Meira Santos*.

304962388

## 1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

**Anúncio n.º 12031/2011**

### **Processo n.º 1797/11.8TBOAZ — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

Insolvente: Abílio Ferreira Unipessoal, L.ª e Credores: Banco Espírito Santo, S. A., Soc. Aberta e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis, 1.º Juízo Cível de Oliveira de Azeméis, no dia 26-07-2011, 13:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Abílio Ferreira Unipessoal, L.ª, NIF 505274450, Endereço: Rua Central Castelo, n.º 340, Apartado 2081, 3700-602 Cesar Oaz, com sede na morada indicada. São administradores do devedor: Abílio Ferreira, NIF 171421192, BI 2918180, a quem é fixado domicílio na Rua Central Castelo, 340, Cesar, 3700-636 Oliveira de Azeméis. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, NIF, 181116065, Endereço: Av. Dr Lourenço Peixinho, 15, 3.º G, 3800-164 Aveiro. Fica determinado que a administração da massa insolvente será assegurada pelo devedor, nos termos e com as limitações impostas na sen-

tença. Adverte-se os credores de que devem comunicar prontamente ao administrador da insolvência as garantias reais de que beneficiam. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas directamente ao administrador da insolvência e não à própria insolvente. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante da sentença (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): a proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros; as condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; a sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; a existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos; taxa de juros moratórios aplicável. É designado o dia 29-09-2011, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE). Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

03/08/2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Nuno Fernando Sá Couto Martins da Cunha*. — O Oficial de Justiça, *Clárisse Alves*.

304994667

### **Anúncio n.º 12032/2011**

#### **Processo n.º 1854/11.0TBOAZ — Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis, 1.º Juízo Cível de Oliveira de Azeméis, no dia 02-08-2011, pelas 19,15 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Esac — Sociedade Agrícola L.ª, NIF 501720898, Endereço: Quinta da Costeira, 3720-021 Carregosa, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Nuno José Strzelewicz Portal, estado civil: Casado (regime: Comunhão de adquiridos), nascido(a) em 29-08-1955 natural de Portugal, concelho de Porto, freguesia de Santo Ildefonso [Porto], nacional de Portugal, NIF 150098065, BI 3445827, e Gonçalo Gaspar Strzelewicz Portal, estado civil: Casado (regime: Comunhão de adquiridos), nascido(a) em 06-01-1968 natural de Portugal, concelho de Porto, freguesia de Santo Ildefonso [Porto], nacional de Portugal, NIF 150098103, BI 8192239, Endereço: Casa da Costeira, Carregosa, 3720-000 Oliveira de Azeméis, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Rui Manuel Pereira de Almeida, NIF 161 022 308, Endereço: Rua 25 de Abril, 299-3.º Dtº Frente, 4420-356 Gondomar

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)